Rapazote, J.

Câmara Municipal de Lisboa

joao.rapazote@cm-lisboa.pt

“Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso

Referência: Rapazote, J. (2012). “Aldeias-Jardim” no concelho de Montalegre – O projeto da Junta de Colonização Interna para os baldios do Barroso. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 1 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 207 a 236.

Resumo

A partir de cinco aldeias construídas pela Junta de Colonização Interna em finais dos anos 1940 no concelho de Montalegre, esta investigação aborda a problemática da ocupação dos Baldios e confirma que a morfologia e as tipologias patentes nestes aglomerados rurais estão imbuídas das correntes urbanísticas utópicas do século XIX, das Cidades-Jardim de Howard, moldadas aos princípios políticos e ideológicos do Estado Novo.

Palavras-Chave: colonização interna, baldios, Estado Novo, urbanismo utópico, cidades-jardim.

Abstract: From five villages built by the Junta of Internal Colonization in the late 1940 in the municipality of Montalegre (north of Portugal), this research aims to address the problem of the occupation of Vacant soils and confirm that the morphology and typologies in these rural villages are inspired by 19th-century utopian town planning and Howard's garden cities, shaped by the political and ideological principles of Salazar's regime.

Keywords: internal colonization, vacant soil, Estado Novo, utopian urbanism, garden cities.

1. Esboço político-ideológico do Estado Novo

Este estudo inicia-se com um breve afloramento às questões políticas e ideológicas da época, mais ligadas à temática aqui em causa. Neste sentido, a questão mais pertinente é o esclarecimento do confronto que então ocorreu entre duas correntes de modelos de desenvolvimento para o país, a ruralista e a industrialista, defendidas pelos respectivos grupos sociais e geridas pelo Estado Novo no período em que se materializou uma política de colonização interna do território através da construção de aldeias que servissem de suporte e fixação da comunidade responsável pelo cultivo de terrenos até então baldios.

Na propaganda do Estado Novo dos anos 1940 afirmava-se que o “fomento nacional” era suportado por «uma acção com quatro frentes: a regeneração financeira; o apoio à agricultura [onde se inclui a colonização interna]; a protecção e fomento industrial; e a política imperial» (ROSAS, 1986: 33). A referida gestão do conflito entre ruralistas e industrialistas pelo Estado recorria a um princípio corporativo que impunha uma “paz social” e ignorava a luta de classes, não evitando uma atitude paternalista de protecção das classes operárias e de concertação e organização dos sectores patronais.

As análises dos anos 1960 sobre o processo de desenvolvimento do capitalismo em Portugal afirmavam que os anos 1930 tinham sido um período de “ultra-conservadorismo agrário”¹, suportado por instrumentos legislativos de política económica que perpetuavam as estruturas agrárias tradicionais. No entanto, teses mais recentes² apontam para uma solução de conciliação entre os interesses de grupos sociais dominantes, as burguesias agrária e industrial, através de uma estratégia de aliança agro-industrial, traduzível na estagnação das forças produtivas e na cristalização das relações sociais, o que aumentava o poder de intervenção do Estado.

É a forma de estabelecimento deste equilíbrio que mais importa a este estudo, pois, por razões ideológicas, a sua prática fundamentou-se na contenção e repressão do

¹ ROSAS (1986), referindo-se a “Pensar Portugal Hoje”, de J. Martins Pereira.

² Op. cit., referindo-se a “La politique économique portugaise dans le période de la dictature”, de Alfredo Marques.

movimento operário por intermédio de uma política consentânea com as necessidades de acumulação dos diversos sectores das referidas burguesias, seja com medidas como a proibição de sindicatos livres, seja com actuações que evitassem a acumulação de proletariado nas zonas urbanas e contribuíssem para a sua reprodução na periferia rural, vertente em que encaixa a colonização interna. O próprio “condicionamento industrial” dos anos 1930 vem corroborar este raciocínio, pois foi encarado pelos “ruralistas” como «política estrutural de contenção da própria industrialização e de descentralização fabril com vista à instalação de oficinas ao lado dos casais de lavoura»³, uma forma de contribuir para protecção da família camponesa dos “males do urbanismo”.

O discurso desses anos está impregnado de ideologia neo-fisiocrática, patente nas afirmações das classes dirigentes contra o predomínio da civilização urbano-industrial. O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de António Ferro era o guardião desse combate, sendo exímio na formulação de um discurso exaltante dos valores do mundo rural. Os exemplos são reveladores: «é preciso honrar o campo»; «aqui como na Itália, o Estado Novo é um fenómeno rural»; «o homem das cidades, modelado, esculpido na própria luta contra os outros (...) é a encarnação do próprio egoísmo». Este recurso a frases simples não prescindia de um sentimentalismo falso e de uma ingenuidade perversa, como o apelo ao «regresso à simplicidade da vida, à pureza dos costumes, à doçura dos sentimentos, ao equilíbrio das reacções sociais», a afirmação de que «nas aldeias, ou nas pequenas vilas, a miséria total é mais rara (...) não há dinheiro, falta, por vezes, a roupa necessária, mas há sempre uma côdea ou um caldo», ou a apresentação de Portugal como «um país na Europa onde a verdade é a lei dos homens, onde certos lares são como presépios, onde a terra chega a parecer, em certas manhãs diáfanas, um arrabalde do céu, onde não há febres nem ambições doentias»⁴.

Hoje, numa perspectiva mais distanciada, é possível constatar que a realidade económica acabou por contribuir para um fortalecimento, inicialmente tímido mas contínuo, da componente industrial, o que permite confirmar o significado ideológico,

³ Op. Cit., referindo-se a “A Política Rural na Situação do 28 de Maio”, de Antunes Guimarães.

⁴ Op. Cit., referindo-se a discursos de Oliveira Salazar e a notas oficiais de algumas instituições.

mais do que pragmático, destas afirmações para a criação da imagem de marca do Estado Novo. Inserido no fenómeno global dos fascismos do período entre as duas grandes guerras, o Estado Novo tinha «uma concepção do mundo, do homem e do ser social» e tentou moldar a sociedade civil aos “novos valores” da moral nacionalista, corporativa e cristã que presidiram «à política, às relações de trabalho, aos lazeres, à vida em família, à educação dos jovens ou à cultura em geral». A visão idílica de uma ordem social baseada «na pobreza honesta, honrada e reverente da família rural»⁵ irá por certo enformar a concretização de uma “utopia” que a política de colonização interna tentou levar a cabo com a implantação de “aldeias-modelo”.

2. O Projecto de colonização interna

A Junta de Colonização Interna (JCI) foi criada pelo Decreto-Lei (DL) nº 27.207, de 16 de Novembro de 1936, como organismo autónomo do Ministério da Agricultura, tendo posteriormente sido associada ao Ministério da Economia. Entre as competências então atribuídas à JCI têm particular relevância para este estudo as seguintes: efectuar o reconhecimento e estabelecer a reserva de terrenos baldios do Estado e dos corpos administrativos susceptíveis de aproveitamento para instalação de casais agrícolas, tendo em atenção a natureza dos terrenos, a sua extensão e as regalias dos povos no que respeita à sua actual fruição; estudar as condições gerais de instalação de casais agrícolas, planear e executar as obras necessárias para esse fim. Já em relação aos objectivos dos serviços da sua estrutura orgânica, remodelada em 1942, são explícitos o «promover e orientar a melhor distribuição da população rural», assim como «instalar casais agrícolas, de acordo com os respectivos planos»⁶ (Fig. 1).

Muito resumidamente, pode dizer-se que as intenções subjacentes à criação da JCI passavam pela necessidade de responder ao surto demográfico que o país registava, efeito da diminuição da emigração decorrente do encerramento das fronteiras dos países de destino consequente à crise económica de 1929 e à 2ª Grande Guerra; mas também eram resultado da consciencialização dos efeitos adversos das vastas áreas

⁵ Tenho vindo a citar José Matoso (1994: 270 a 283).

⁶ Segundo o DL nº 32.439, de 24 de Novembro de 1942.

incultas existentes no país e da estrutura fundiária tradicional. Tudo consubstanciado na aversão ao processo de urbanização e ao crescimento das cidades, conforme já referido. Mas esta colonização do território pretendia ainda estar enraizada numa política que remontava aos primórdios da história do país, a uma tradição seguida por consecutivos reis de Portugal – o que não era indiferente ao poder vigente. Na verdade, a tentativa de colonização dos baldios – logradouros comuns dos povos sob administração de municípios e freguesias, segundo a definição da época – nem sequer pode ser atribuída ao Estado Novo, pois já em 1893 tinha sido publicada legislação onde se prescrevia «o arrolamento dos baldios e neles se procure estabelecer colónias agrícolas»⁷ e, desde então, houve diversas tentativas de levar a cabo essa tarefa, sendo de salientar a de 1918 e a de 1920, respectivamente materializadas nos Decretos nº 4.812 e nº 7.127.

Associando o fracasso das anteriores tentativas ao desconhecimento das características dos baldios, a JCI decide que, «não desistindo os poderes públicos de com os baldios acrescentar a riqueza nacional» (JCI, 1939: 24), se promova o primeiro trabalho de reconhecimento desses terrenos “incultos” com vista à sua efectiva colonização. O resultado foi o primeiro levantamento exaustivo dos baldios existentes em Portugal continental, que só terminou em 1939, em que o método utilizado denota a vontade política de finalmente concretizar com êxito esta empresa. De facto, esse inventário não só caracterizou qualitativa e quantitativamente os baldios, como definiu as “áreas reservadas” cujas condições físicas e sociais permitiriam a sua utilização agrícola e, provavelmente, a sua colonização, devendo por isso ser sujeitas a um estudo mais aprofundado. Em 1941, portanto, foi publicado o relatório do aproveitamento dos “baldios reservados”, onde se apresenta a caracterização pormenorizada dos baldios e das regiões em que se inserem, a sua usufruição à data, indicando-se ainda o seu aproveitamento e o respectivo orçamento. As áreas reservadas então estudadas foram classificadas como de aproveitamento florestal ou agrícola, sendo estas passíveis ou não de colonização.

⁷ Citando um Decreto de 20 de Dezembro de 1893.

2.1 O Aproveitamento dos Baldios do Concelho de Montalegre

O concelho de Montalegre situa-se no Norte de Portugal, entre as serras do Gerês e Cabreira, a Oeste, e os concelhos de Boticas e Chaves, a Sul e a Este. No relatório de aproveitamento dos baldios elaborado pela JCI foi referenciada a existência de 41.830 hectares (ha) de baldios, cerca de 54% da área total do concelho, dos quais 742 ha são enquadráveis nos requisitos agrícola e colonizável – apenas 6% da área baldia total. Ora, esta realidade, de certa forma extensível a todo o país, deveria ter sido um primeiro abalo às esperanças de resolução dos problemas de fixação e redistribuição da população rural, ou do fomento da riqueza nacional, postas no aproveitamento destas terras “incultas”. Mas se no relatório se conclui de facto que são muito poucas as áreas de baldios com potencialidades simultâneas de aptidão agrícola e colonizável, não se depreende daí qualquer retracção no ímpeto do prosseguimento da sua concretização – outros valores se levantavam?

O tratamento aprofundado dos baldios de Montalegre em conjunto com os de Boticas, concretizado no relatório mencionado, é justificado pela sua contiguidade geográfica e idênticas características. Na verdade, as “Terras do Barroso”, denominação adoptada para esta região, têm uma particularidade que não escapou aos responsáveis e que se revela de grande significado para a investigação aqui apresentada, ou seja, a importância dos baldios para as populações locais e a forma de exploração comunitária então prosseguida. Nos documentos analisados, o baldio é referido como «indispensável à economia de cada um dos pequenos povoados de vida independente e fechada (...), onde os costumes têm resistido à evolução civilizadora» (JCI, 1941: 80), sendo recomendado que se considere esta realidade quando da determinação do seu aproveitamento. Aliás, a extensão da área baldia é explicada pelas características especiais da vida rural do Barroso, vivendo «cada povo como grande família e naturalmente escolhe os respectivos chefes – verdadeira assembleia de patriarcas que orientam a vida comunitária, seleccionando o reprodutor bovino, ordenando o uso do forno e moinho do povoado» (JCI, 1939: 43), onde o usufruto desses logradouros serve para apascentar os gados, principal fonte de receita dessa economia agro-silvo-pastoril. Todavia, nesses estudos já se detectava uma nova tendência que conduzia à “privatização” dos baldios, decorrente da transição de um povo de pastores para

agricultores que o aumento da importância da lavoura da batata vinha assumindo em relação à própria criação de gado, cabendo assim à colonização salvaguardar que a diminuição da área baldia «venha beneficiar a economia de todos» (idem.).

O carácter moral da acção do Estado neste processo é incontornável e está patente quer no papel de redistribuição da riqueza, quer como corrector do sistema de vida dessa «população primitiva», avessa ao poder instituído e exterior à comunidade local, substituindo «a pastorícia negligente pela cultura esforçada» (JCI, 1941: 98). Pode concluir-se, portanto, que a “missão civilizadora” do Estado Novo visava combater a autarcia das sociedades camponesas e até a actuação «interesseira e retrógrada das autoridades civis e eclesiásticas locais» (JCI, 1944a, Vol. I: 5), tendo para tal como principais instrumentos não só as escolas, o serviço militar obrigatório e a cobrança de impostos, como também a instalação de colonatos em terras de usufruto comum.

O projecto de colonização dos baldios de Montalegre iniciou-se então com a elaboração de sucessivos estudos para as freguesias de Chã (1944), de Morgado e Cervos (1945) e de Montalegre, Padornelos e Meixedo (1946). Entre as diferentes formas de aproveitamento dos baldios reservados delineadas – a Instituição de Casais Agrícolas, a Distribuição de Glebas, a Adaptação ao Regime de Logradouro Comum e a Atribuição às Casas do Povo ou às Autarquias Locais – esta investigação debruça-se apenas sobre a “Instituição de Casais Agrícolas”, os quais foram implantados em todas as freguesias atrás mencionadas, com a excepção de Padornelos e Meixedo.

De acordo com a legislação específica, «cada casal agrícola será formado por uma casa de habitação, com dependências adequadas à exploração rural, e por terrenos de área suficiente para a manutenção de uma família média de cultivadores», constituindo este casal «uma unidade económica perpétua, inalienável, indivisível e impenhorável»⁸. Compreende-se, assim, que o projecto de colonização verse uma série de matérias, das condições físicas do território às características agrológicas dos terrenos, mas a abordagem deste estudo incide apenas nos aldeamentos. As “Aldeias-Jardim” do concelho de Montalegre.

⁸ Artigos 55º e 6º do Decreto nº 36.709, de 5 de Janeiro de 1948.

3. As “Aldeias-Jardim” do concelho de Montalegre

A actuação da JCI resultou na construção de cinco “aldeias novas” no concelho de Montalegre: Aldeia Nova do Barroso (freguesia de Chã); Aldeia de Montalegre ou Casais da Veiga (Montalegre); Aldeia Nova de Morgade ou Criande (Morgade); Aldeia Nova ou Lugar de S. Mateus (Chã); Núcleo de Vidoeiro (Cervos). A escolha dos locais para a implantação destas aldeias planeadas (ver respectivos Ortofotomapas) seguiu alguns critérios que importa fixar: receber luz do sol durante todo o dia; estar abrigado dos ventos da serra do Larouco (do quadrante N-NW); estar perto dos acessos às povoações vizinhas e das estradas principais; ficar nas proximidades da matéria-prima para as construções (pedreiras); ter terreno firme a pouca profundidade.

Os valores subjacentes a estes critérios estão claramente identificados com a higiene e conforto, a acessibilidade ou a economia e robustez dos meios. A preocupação de garantir bons acessos, por exemplo, exigia o melhoramento ou a construção de raiz de caminhos e estradas, quer porque os aldeamentos seriam implantados em áreas isoladas, quer porque essa intervenção seria indispensável ao sucesso global do empreendimento, tanto no que diz respeito a quebrar o isolamento das comunidades, como na mais valia dos equipamentos previstos de apoio às populações.

3.1 Análise Urbanística das Plantas e do Planeado

Esta análise tem como referência a identificação de três características distintas dos aglomerados: a morfologia e desenho urbano; as funções previstas e sua hierarquização funcional; e a tipologia e arquitectura das habitações.

O desenho urbano

Aldeia Nova do Barroso: concebida como um conjunto de 55 casais, 45 dos quais com casas de planta idêntica, ocupando uma área de 19ha, cerca de 600 metros (m) de comprimento e 320m de largura. A planta apresenta uma figura do tipo “raquete” rectangular (Fig. 1), em que no extremo sul surge um largo em losango formado pelo semicírculo fechado desenhado pelo encontro do arruamento principal com as duas ruas laterais, enquanto a extremidade norte termina em dois quartos de círculo formados pela bifurcação do arruamento principal, dois ramais de ligação à estrada de

acesso que dão origem à plataforma triangular de onde parte a escadaria de acesso ao ponto mais alto da aldeia, o miradouro. Segundo o projecto, «os edifícios estão situados em dois grupos de duas filas a um e outro lado do arruamento principal e o conjunto é cercado por duas ruas interceptadas perpendicularmente por outras duas» (JCI, 1944a: 59). A disposição dos edifícios do lado esquerdo (quando se vai na direcção do miradouro) da rua principal tem uma orientação NW-SE, tal como a própria aldeia, mas os do lado direito têm o sentido SE-NW⁹, estando todas as casas implantadas no centro de um lote rectangular mas de sentido simétrico (NE-SW).

Casais da Veiga: situa-se a cerca de 2,5 km da sede do concelho e foi concebida como um conjunto de 22 casais (Fig. 2). A oeste da estrada que liga a vila de Montalegre à serra do Larouco desenhou-se um arruamento que a determinada altura origina uma bifurcação em forma de “onda”, em redor da qual se dispõem as casas. Estas edificações, dispostas com orientação SE-NW, estão descaídas em relação ao centro do lote, compreendendo um pequeno acesso ao caminho principal ligeiramente curvo, o que permite a formação de um pequeno logradouro em frente da fachada SW.

Figura 1 – Planta original da Aldeia Nova do Barroso

⁹ Esta orientação refere-se ao posicionamento da componente habitacional na casa: se a habitação estiver na parte SE do edifício diz-se que a orientação tem sentido SE-NW; o sentido NW-SE aplica-se ao posicionamento inverso.

Figura 2 – Planta original da Aldeia de Casais da Veiga (Aldeia de Montalegre)

Criande: Neste aldeamento estava prevista a construção de 31 casais numa área de 7,75ha, dispostos numa planta triangular “alada” cujo vértice principal está orientado para Sul (Fig. 3), a parte mais alta que comunica com a aldeia de Morgade. A rede viária estruturadora desta morfologia é composta por dois arruamentos que constituem os lados do triângulo, terminando a N na estrada principal de sentido E-O e que funciona como base dessa figura geométrica. O seu interior é recortado por três arruamentos rectilíneos de ligação à base e um outro encurvado que os corta perpendicularmente para confluir com os dois laterais. As casas estão implantadas com uma orientação NW-SE, bem ao centro de cada um dos lotes quadrangulares de terreno que lhes pertence.

Figura 3 – Planta original da Aldeia de Criande

Lugar de S. Mateus: situado a 2,5Km da aldeia de Fírvidas, este pequeno lugar é «constituído por dez casas dispostas em círculo à volta de um arruamento também circular com 70 metros de raio» (JCI, 1944a: 64), em forma de “feijão” (Fig. 4). No seu centro existe uma rotunda de onde parte uma escadaria de acesso a um miradouro situado no ponto mais alto da área de intervenção. A disposição das casas está orientada no sentido NW-SE, embora o conjunto apresente uma inclinação NE-SW moldada à ondulação do terreno. Os lotes contemplam a implantação central dos edifícios e apresentam uma forma rectangular, afunilada para o centro do círculo.

Núcleo do Vidoeiro: A cerca de 1km da aldeia de Cortiço, é constituído por 9 casais dispostos ao longo de um único arruamento resultante da própria estrada de acesso, cujo fechamento constitui uma praça em forma de “gota de água” pendendo para oeste (Fig. 5). As casas de planta uniforme estão dispostas no sentido SE-NW no centro de lotes quadrangulares, ligeiramente mais estreitos nas proximidades do arruamento, existindo o desenho de pequenos caminhos a terminar em largo em frente da fachada SW do edifício.

Figura 4 – Planta original do Lugar de S. Mateus

Figura 5 – Planta original do núcleo do Videiro

Feita a descrição da morfologia planeada destas cinco aldeias, deve salientar-se o facto de em todos os projectos se encontrarem três pontos em comuns: (i) a orientação da disposição das casas e a adaptação da implantação do conjunto ao sítio; (ii) as grandes linhas de perspectiva; e (iii) a utilização da casa unifamiliar isolada.

Em relação à primeira (i) é nítida a intenção de querer dispor as casas sempre com a mesma orientação NW-SE, ficando as fachadas em sentido NE-SW, pois só assim se consegue obter uma maximização da iluminação solar e a protecção dos ventos dominantes provenientes da serra do Larouco, dois dos critérios já referidos. Independentemente da implantação da casa determinar que a componente habitacional (quartos e cozinha) se encontre na extremidade SE ou NW do edifício – esta última só acontece em Criande, S. Mateus e em duas fileiras de casas da Aldeia Nova do Barroso –, a fachada disposta a SW é sempre a de acesso à cozinha e a virada para NE contém as traseiras dos quartos. O aproveitamento do relevo do terreno, evitando grandes movimentações de terras, também implicou a escolha de sítios aplanados ou com declives pouco acentuados, aos quais a planta se adapta de forma orgânica.

O segundo ponto (ii) decorre da vontade de criar «um conjunto agradável com linhas de grandes perspectivas e de molde a que as silhuetas das habitações se recortem umas sobre as outras com claros e escuros, evitando, assim, a monotonia da alguns

aglomerados» (JCI, 1944a: 58-59), a que se deve acrescentar o estabelecimento de uma hierarquia do espaço e o controlo panóptico que estas linhas facilitam.

Já a separação das casas (iii) faz com que estas estejam projectadas no centro de um lote de terreno geométrico, portanto «circundadas de pequenos logradouros cujas extremas serão arborizadas» (JCI, 1944a: 58-59). Para além dos motivos de segurança apresentados nos relatórios que se têm seguido, evitando os incêndios por separação das construções, é a associação desta característica às anteriormente mencionadas que dão ao conjunto o aspecto de “aldeias-jardim” que o título deste estudo evoca.

A hierarquia funcional

A função dominante em todos estes aldeamentos é a habitacional, uma vez que a razão principal da constituição deste tipo de casais foi precisamente a fixação de pessoas economicamente dependentes da actividade agrícola em áreas ermas, despovoadas e incultas. Todavia, um conjunto de casais acaba por constituir um aglomerado que pode ser de menor ou maior dimensão, o que associado ao pendor pedagógico e exemplar desta intervenção implica a programação de equipamentos de apoio aos colonos.

Da análise dos projectos dos cinco aglomerados em causa constatou-se a seguinte distribuição dos equipamentos a construir: Aldeia Nova do Barroso: 1 Capela, localizada no miradouro; 1 Escola Primária; 1 Chafariz/Bebedouro, localizado no interior da praça em losango; Casais da Veiga: 1 Chafariz/Bebedouro e 1 Lavadouro, ambos situados na praça central em forma de “onda”; Criande: 1 Chafariz/Bebedouro, localizado no vértice principal do triângulo formado pela aldeia; 2 Edifícios Polivalentes, de assistência técnica, médica e social, situados no centro e junto à estrada que serve de base à referida figura geométrica; Lugar de S. Mateus: 1 Miradouro e 1 Chafariz/Bebedouro, situados nos extremos da coluna vertebral do aldeamento, formada pela escadaria que vai da rotunda do arruamento à rotunda do mirante; 1 Lavadouro, situado a sul das primeiras casas do aglomerado, pelo que não é considerada na planta respectiva; Núcleo do Videiro: 1 Chafariz/Bebedouro, localizado na base do “pingo de água” formado pelo arruamento.

Em todos os casos é considerada a implantação dos seguintes equipamentos de apoio aos futuros residentes, dos mais banais aos raros: Fontanário e/ou Lavadouro; Miradouro; Escola Primária; Capela; Assistência técnica, média e social. A razão da escolha do local de implantação desses equipamentos está relacionada com o princípio de “hierarquização dos aglomerados” que, por sua vez, tem a ver com a hierarquia interna da função/serviço prestado – necessidade diária, ocasional ou rara – e com a dimensão do aglomerado, a sua centralidade e as relações com os existentes nas proximidades. Assim, o Fontanário/Lavadouro surge em todos os aglomerados, uma vez que a sua necessidade é considerada básica e contribui para os hábitos de higiene da população. A função social deste tipo de equipamento, reconhecido como local privilegiado de conversa entre mulheres e de controlo social, também não é ignorada, pois a previsão de implantação faz-se independentemente das casas possuírem abastecimento de água – o que à partida tornaria inútil essa construção.

A construção de Escola Primária e da Capela apenas está considerada na Aldeia Nova do Barroso, a de maiores dimensões. O reduzido número de potenciais utentes e/ou a proximidade a aldeias onde poderiam usufruir do serviço educacional e religioso são a justificação dada para a não implantação nas restantes aldeias planeadas. Repare-se que entre os aldeamentos de reduzidas dimensões, Casais da Veiga encontra-se a 2,5 km da sede do concelho, S. Mateus está a 2,5 km de Fírvidas e Vidoeiro a 1 km de Cortiço, enquanto Criande, de maiores dimensões, pode ser considerado a área de expansão do núcleo antigo de Morgade. E todas as aldeias referidas possuem esse tipo de equipamentos.

O núcleo de assistência técnica, médica e social, função hierarquicamente superior de apoio a toda a região do Barroso, é decidido implantar em Criande, o aldeamento de maior centralidade em relação à área total da intervenção. Esta escolha evidencia a aplicação das ideias de Ebenezer Howard, que também propunha a localização dos equipamentos no centro das Cidades-Jardim¹⁰.

Para terminar, deixaram-se os miradouros e praças previstos construir em todos os aglomerados planeados, na medida em que a sua importância se deve à função

¹⁰ Conceito formulado no Reino Unido por Ebenezer Howard, no seu livro “Tomorrow, a peaceful path to real reform”, publicado em 1898. A “Teoria dos Lugares Centrais”, desenvolvida pelo alemão Walter Christaller, só foi publicada em 1933.

estrutural que adquirem na composição do desenho urbano, nisso igualando a disposição dos equipamentos propriamente ditos. De salientar que a praça adquire características de miradouro sempre que o modelado do terreno o permite, sendo essa posição altaneira privilegiada para a localização da Capela. Já os outros equipamentos nunca escolhem essa situação, ficando antes em áreas centrais do aldeamento, muitas vezes coincidentes com as praças desenhadas pelos arruamentos.

As casas

O projecto-tipo de casa (Fig. 6), aplicável em todos os aldeamentos em causa, resulta de uma interpretação das características da casa barrosã tradicional, pelo que, em concordância com a tradição regional, a componente residencial e as dependências associadas à actividade agrícola encontram-se no mesmo edifício. A habitação é constituída por dois pisos, no rés-do-chão encontra-se a cozinha, um quarto e uma despensa, e no segundo apenas dois quartos. As dependências agrícolas contempladas são um estábulo, uma nitreira e respectiva fossa, dois silos e uma pocilga.

Figura 6 – Projecto-tipo da Casa para a região do Barroso

O conjunto é articulado por um pátio interior, que por intermédio da cozinha dá acesso à habitação e às dependências agrícolas. Observe-se, contudo, a descrição da habitação:

«A cozinha, tendo ao lado um quarto e uma despensa, é a peça principal da casa e ponto de reunião da família. Uma grande lareira e uma boa chaminé, tendo uma das paredes a boca de um forno exterior, completam-na. Duas janelas dão-lhe uma boa iluminação, além de uma terceira, espécie de

clarabóia. Junto à cozinha e próximo da porta de entrada à esquerda, construir-se-á uma sentina. O segundo pavimento é constituído por dois quartos de dormir, com acesso por escada que, partindo da cozinha, termina numa varanda interior. Os quartos são iluminados e ventilados por janelas»¹¹.

Figura 7 – Vista das casas construídas na aldeia Nova do Barroso

Aldeia Nova do Barroso -

Una perspectiva da rua lateral.

Casa-tipo do Barroso -

Na Aldeia N. Barroso.

¹¹ Vide "Projecto de Colonização...", Vol. III, pp. 35 e 36.

A iluminação, a ventilação e a higiene – embora ainda sem a dotar de uma casa de banho –, assim como a conciliação possível com as condições climatéricas e a aplicação de conceitos modernos nas tipologias habitacionais obrigaram à alteração de uma das características mais marcantes da casa na região do Barroso, ou seja, a sobreposição da habitação, no primeiro andar, às dependências agrícolas e pecuárias, no piso térreo. Mantendo-se a função social da cozinha, é com ela que também se pretende substituir o anterior efeito da “loja” dos bovinos, pois o forno e a chaminé encontram-se dispostos de forma a poderem aquecer toda a habitação.

Na verdade, os valores referidos e a necessidade de aplicação e disposição do novo tipo de divisões na habitação são determinantes na concepção arquitectónica desta nova casa barrosã, ainda pouco rasgada por janelas (Fig. 7). Esta arquitectura é, portanto, resultado de uma interpretação da casa tradicional conhecedora dos modelos modernos da época, mas imbuída dos valores do Estado Novo, que desta forma concretizou a sua tentativa de conceptualização de uma “casa tradicional portuguesa” adaptada à região.

Figura 8 – Imagem aérea da aldeia Nova do Barroso

A situação actual

Recorrendo aos recortes dos ortofotomapas elaborados em 1986, referentes às cinco “aldeias novas” aqui estudadas, pode-se constatar que os projectos analisados foram globalmente concretizados de acordo com o planeado (ver respectivas plantas). Contudo, são particularmente evidentes as alterações registadas na Aldeia Nova do Barroso, em Criande e em Casais da Veiga. A razão mais concreta para as modificações verificadas na morfologia destas três aldeias parece estar relacionada com as alterações posteriores ao traçado e hierarquia da rede viária construída para dar acesso a estas novas povoações, a que se associam, nos dois primeiros casos, as implicações locais do plano de Electrificação Nacional delineado na Lei nº 2002, de 1944.

No caso da Aldeia Nova do Barroso (Fig. 8), a estrada principal cruza a Sul e não a Norte, como estava previsto, pelo que a extremidade Sudeste passou a ser o acesso privilegiado à aldeia. Curiosamente, vê-se aí repetir a bifurcação do arruamento principal em duas ruas divergentes que ligam à estrada, a mesma solução encontrada para a extremidade Noroeste, então considerada mais importante. É daí que provém a distorção, em relação ao plano, da praça em losango e das bandas exteriores de casas, aparentando inclusive não ter havido loteamentos para a sua construção.

Figura 9 – Imagem aérea da aldeia de Criande

Em Criande (Fig. 9) também não se chegou a construir o eixo principal, situado a Norte, que serviria de base ao triângulo formado pelo conjunto de casais. Este facto, por certo uma consequência da posterior decisão de construção da Barragem do Alto Rabagão¹², implicou não só a passagem da estrada principal para a via lateral Este, como obrigou a que a componente a Norte do arruamento semicircular que liga os dois lados da figura não fosse totalmente concretizada – pelo menos cinco casas e um edifício de equipamento.

Figura 10 – Imagem aérea de Casais da Veiga

¹² O seu plano de água é visível no respectivo Ortofotomapa.

Figura 11 – Imagem aérea do Lugar de S. Mateus

Embora Criande seja o caso mais evidente de projecto inacabado, é em Casais da Veiga que melhor se pode observar uma adaptação – talvez demasiado rígida – do plano a uma alteração de hierarquia da via principal de acesso. A transposição da banda Oeste de casas para o lado Este da estrada de ligação à sede do concelho só foi possível devido à perda de importância da referida estrada, provocando assim o desaparecimento da praça formada pela “ondulação” da duplicação do arruamento. De facto, a via de ligação de Montalegre a Chaves para aí prevista, de importância regional, não se chegou a concretizar dessa forma, tendo sido transferida para Sul, conforme se pode observar no respectivo Ortofotomapa¹³ (Fig. 10).

¹³ Trata-se da estrada que corta essa imagem na horizontal.

Figura 12 – Imagem aérea do Núcleo do Vidoeiro

Apesar de se reconhecerem em todas as “aldeias-jardim” aqui analisadas pequenas alterações efectuadas quando da concretização dos projectos, desde a densificação de construção nos lotes – em locais onde não estava prevista qualquer edificação –, passando pela não conclusão de algumas extremidades dos aldeamentos, pelos acrescentos às casas originais ou até pelo abandono de casas de colonos (Fig. 7), o que mais ressalta à vista é a fidelidade ao desenho urbano original. Para isso contribuiu certamente a execução, de acordo com o projectado, das estradas, dos arruamentos e das casas, mas não é de todo descabido supor que essa fidelidade só foi possível manter-se devido à crise de desenvolvimento com que a região do Barroso se vem deparando desde os anos 1960, cujo sintoma principal é a desertificação humana e a consequente redução da pressão urbanística.

Terminaria este capítulo com uma curiosidade. Na literatura consultada os autores dos projectos referiam a intenção de procurar “evitar a monotonia” dos aglomerados, tal como o fazia a literatura urbanística para enaltecer as Cidades-Jardim. No entanto, observando as fotografias da Aldeia Nova do Barroso (Fig. 7) e comparando-as com as de uma aldeia tradicional (Fig. 13) é fácil concluir que essa monotonia é muito mais

evidente na primeira, onde a uniformização de linhas e traçados dificulta as referências e empobrece os sentidos.

Figura 13 – Vista de aldeias tradicionais

Pedrário -

Aldeia tradicional de Montalegre.

Fourém -

A rua e as casas tradicionais.

4. As teorias urbanísticas subjacentes

Como já se teve oportunidade de verificar, em todos os aglomerados aqui estudados as habitações unifamiliares são implantadas no interior de lotes individuais dispostos em redor de um “centro”, normalmente formalizado em praça e onde prevalecem os equipamentos de uso colectivo, tanto mais importantes quanto maior é a povoação e a sua centralidade em relação ao conjunto de aldeias a implantar. Esta característica pode ser associada a um tipo de “povoamento disperso aglomerado” que é novidade na região, onde prevalece o “povoamento concentrado” (Fig. 13).

Os arruamentos, as praças e os miradouros são os elementos fundamentais da estrutura morfológica dos aglomerados então criados. Estes elementos jogam em alinhamentos geométricos cuja perspectiva, associada à arquitectura dos edifícios, imprime uma estética que supera a funcionalidade e resulta numa hierarquia reveladora da ordem e do poder vigentes. Também é notória a preocupação da adaptação da forma às características do relevo da área de implantação, o que se reflecte na introdução da linha curva na estrutura morfológica dos aglomerados e resulta num tecido urbano orgânico, como é mais evidente no casos de S. Mateus e Vidoeiro.

São estas características morfológicas, a baixa densidade de construção, a adaptação às particularidades do relevo e os “espaços verdes”, em conjunto facultando «o máximo acesso visual e físico a todos os espaços»¹⁴, que permitem afirmar, como fazem os autores, tratarem-se de autênticas “aldeias-jardim” – numa associação directa à Cidade-Jardim de Howard. O apelo às semelhanças destas aldeias com os princípios subjacente à Cidade-Jardim deve-se não só aos factos já mencionados, como ainda à política da Colonização Interna, nomeadamente a ideia de criar pólos de desenvolvimento e fixação de população alternativos à concentração nas periferias das grandes cidades.

Outra constatação deduzida das morfologias adoptadas na concepção destas aldeias novas de Montalegre é o modelo arquitectónico “resolvido” e, por isso, globalmente repetível em todas as experiências aqui analisadas. A forma “acabada”, oposta a expansões e reflexo da unidade atingida no processo de formalização, tem como condições necessárias, segundo Aymonino (1984), a propriedade única do solo e uma dimensão de conjunto que corresponda às necessidades a resolver, ambas aplicáveis à intenção de construção destes aldeamentos. Aliás, a impossibilidade de expansão dos novos aglomerados é sintomaticamente revelada no estudo *Habitat Rural* (ABCASSIS, 1949), produzido no contexto da intervenção da JCI. A razão então apontada está na indivisibilidade do Casal agrícola, um problema para os descendentes dos colonos na medida em que apenas um deles poderia herdar as propriedades rústica e urbana.

¹⁴ Citando LAMAS (1993: 312), a propósito das Cidades-Jardim.

Uma das soluções alvitradas para os restantes membros do agregado acaba por ser contraditória com esse princípio “resolvido”, abrindo a possibilidade de esses descendentes poderem fixar residência no aglomerado através da densificação da construção por edificação na zonas arborizadas adjacentes ou junto à casa original. Como esta solução não prevê alterações à indivisibilidade da propriedade rústica, cuja dimensão e capacidade produtiva já seria pouco rentável para um único explorador, surge a ideia de criar postos de trabalho para essa mão-de-obra excedentária através da instalação, junto às colónias, de pequenas unidades industriais «relacionadas com a agricultura, silvicultura e pecuária próprias da região», ou seja: «em cada colónia agrícola montar-se-ia uma fábrica cuja matéria-prima pudesse ser adquirida na própria colónia agrícola» (ABCASSIS, 1949: 194-195).

Este modelo de auto-suficiência limitado a um número ideal de pessoas, que os estudos mencionam ser 500 habitantes por centro social, para além de corroborar a ideia de aldeia formalmente acabada também faz evocar as utopias urbanísticas elaboradas no Século XIX pelos reformadores socialistas, inspiradoras da Cidade-Jardim de Howard, e que por questões de escala – trata-se do planeamento de aldeias e não de cidades – ainda aqui se podem rememorar. Robert Owen, por exemplo, descrevia assim o seu “Paralelograma”:

«Cada aldeamento compreende um quadrado de edifícios para albergar 1200 pessoas (...) Dentro do quadrado estão situados os edifícios públicos, divididos em sectores. O edifício central contém a cozinha pública (...) À direita fica um edifício com a escola, biblioteca (...) Na área livre dentro do quadrado estão demarcados os espaços destinados aos exercícios físicos e ao recreio, que devem ser arborizados (...) Três lados das construções periféricas são destinados às casas, cada uma composta por quatro alojamentos. O quarto lado é reservado aos dormitórios de crianças (...) Ao centro deste lado situam-se os alojamentos dos vigilantes do dormitório, com enfermaria e hospedaria para visitantes. Ao centro de outro dois lados situam-se os alojamentos do superintendente geral, do sacerdote, do mestre-escola, do médico, etc. (...) E no terceiro lado os armazéns de todas as coisas necessárias ao agregado. Fora das casas e pelo lado de trás, a toda a volta, existem hortas-jardins circundadas

pelas ruas. Imediatamente atrás, de um dos lados, estão os edifícios destinados aos trabalhadores mecânicos e produtivos, aos estábulos, ao matadouro, etc., separados por plantações; do outro lado a lavandaria, etc., e a maior distância as construções rurais, com as instalações necessárias ao fabrico de malte, de cerveja e à moagem do trigo; em redor encontram-se os campos cultivados, as pastagens, etc., cuja periferia é plantada com árvores de fruto (...) Cada alojamento (...) deve possuir características tais que assegure muito maior comodidade do que as habitações populares»¹⁵.

Para Leonardo Benevolo, «esta proposta de Owen é o primeiro plano urbanístico moderno desenvolvido em cada uma das suas partes, desde as premissas político-económicas ao programa de construção e ao orçamento financeiro» (BENEVOLO, 1994: 62). O que aqui se lê e também se vislumbra para as aldeias da JCI em Montalegre é a explanação do próprio conceito de utopia, ou seja, a tentativa de reprodução de uma sociedade nova e liberta de conspurcações, para a qual se cria todo um espaço também ele novo e estruturado. Mesmo que mais enraizado nas ideias de Howard, o projecto das aldeias-jardim da JCI teria a mesma ambição utópica – embora de fundamento ideológico oposto –, mas a história acabou por não lhe dar razão.

5. Considerações finais

Quando do levantamento dos Baldios e numa altura em que a falta de géneros alimentícios era um problema de premente resposta, os autores reconheceram desde logo que a área baldia com aptidão agrícola e possível de colonizar era muito reduzida, indicando não ser essa a via para a resolução dos problemas de distribuição da população rural e aumento da riqueza nacional. A insistência no prosseguimento da colonização interna indicia, assim, que houve outros factores determinantes para esta decisão. Tendo em consideração o aqui exposto parece evidente que, entre eles,

¹⁵ Discurso de R. Owen em 1817, citado por Leonardo Benevolo (1994: 57-58).

predominaram os factores de ordem política e ideológica, embora não se possa descartar a visão económica do espaço rural e da agricultura como reservatórios de mão-de-obra barata, largamente utilizada tanto pelo Estado nas obras públicas, como por empreiteiros e pela indústria – esta com o interesse em manter alguma competitividade baseada em salários baixos.

Essa ideologia também fundamentou o modelo de desenvolvimento e ordenamento do território proposto pelo Estado Novo, de que se podem destacar as medidas do “condicionamento industrial” legislado nos anos 1930 e, em particular, a intenção de opor à instalação de indústrias na cintura das grandes cidades a preferência pelo estabelecimento de pequenas oficinas ao lado dos casais agrícolas.

Neste breve estudo pode-se vislumbrar como o projecto de colonização interna contribuiu para a tentativa de concretização desse modelo territorial. Havia a consciência do conceito de limite da “carga humana” que uma região poderia sustentar com base no potencial de recursos endógenos e, por isso, para cada projecto de colonização foi desenvolvido um conceito que, tal como as Cidades-Jardim ou mesmo as utopias do Século XIX, supunha um número ideal de habitantes, um número de hectares por casal, a localização central dos equipamentos, etc. O facto do casal agrícola ser indivisível fez com que fosse necessário considerar o recurso, numa primeira fase, à instalação de pequenas unidades industriais autónomas como complemento ao desenvolvimento rural, assim evitando que os excedentes demográficos das famílias de colonos contribuíssem para o crescimento do proletariado urbano – algo que o regime pretendia evitar. Mas a noção de inserção da concretização destas aldeias-jardim num projecto mais global, em que este espaço rural teria como principal função a reprodução de mão-de-obra, só se percebe plenamente quando se compreende a intenção, avançada na época, de canalizar para as colónias africanas os excedentes demográficos que, numa segunda fase, estas unidades auto-suficientes continuariam a produzir.

Eis, no seu esplendor, o modelo de desenvolvimento do Estado Novo para o país e para o Império. Contudo, os constrangimentos naturais e sociais, a lógica capitalista de produção e, enfim, os acontecimentos históricos e as próprias incongruências internas do regime, em particular as relacionadas com a luta de poder entre as tendências rural

e industrial, acabaram por introduzir demasiadas inflexões nesse modelo, que acabou por não se impor. A descentralização das unidades industriais nunca foi consumada e a construção da barragem do Alto Rabagão no âmbito do projecto de electrificação nacional também contribuiu para o insucesso da Colonização Interna, nomeadamente pela inundação dos já escassos terrenos baldios cultiváveis. E o que acabou por se verificar foi um fluxo de emigração que se acentuou nos anos 1960 e não estancou completamente até aos nossos dias – não para as colónias, mas para a Europa e o resto do mundo; não só das populações locais em geral, mas também dos membros dos agregados familiares dos próprios “colonos”, como se pode deduzir do estado de abandono e estagnação actual das aldeias estudadas.

Outra das razões para o fracasso da colonização interna decorre da subestimação pelo Estado Novo da realidade camponesa local, em muito dependente da existência dos baldios e do seu regime de exploração tradicional. Partindo de uma visão idílica da ordem social baseada na «pobreza honesta, honrada e reverente da família rural», a implantação destas aldeias-novas vinha impregnada de um potencial confronto com toda uma realidade sociocultural. Esta tentativa de impor novos valores aos camponeses do Barroso é particularmente significativa por vincar a separação entre vida pública e privada e por empolar o papel da família nuclear, devidamente hierarquizada, em oposição à colectividade. O exemplo visível disso mesmo está patente na tipologia das casas e na morfologia dos aglomerados, quer ao proporem habitações com divisões internas atribuídas às diferentes funcionalidades privadas – e os dois quartos individuais previstos nas plantas não correspondem à dimensão média da família barrosã da época, que era cerca de 4 a 5 pessoas –, quer ao imporem a existência de residências unifamiliares isoladas, em contraposição ao aldeamento concentrado tradicional – contraste que é flagrantemente observável nos casos das aldeias de Criande e Morgade (ver ortofotomapas). Concomitantemente à valorização da família, também se vislumbra a imposição de uma divisão sexual do trabalho, decorrente de uma especialização mais nítida dos espaços da casa atribuídos às tarefas domésticas e produtivas.

Terminaria este ensaio com a constatação de que os três materiais da urbanística moderna e vigente nos exemplos aqui estudados – o sol, as zonas verdes e o espaço –

permitem a utilização da terminologia “morfologia urbana”, “desenho urbano” e “urbanística”, quando na realidade se está a tratar de espaço rural. Procedimento “moderno” que também foi desenvolvido pelo Estado Novo na prossecução deste empreendimento, tomando posse de solo não privado e promovendo a construção de infra-estruturas, ruas, casas, enfim, todo um processo urbanístico totalmente controlado por um poder político forte, com capacidade de neutralizar e substituir qualquer acção privada.

6. Referências bibliográficas

Abcasis, H. (1949), O Habitat Rural, Instituto Superior de Agronomia/Universidade Técnica de Lisboa.

Aymonimo, C. (1984), O Significado das Cidades, Ed. Presença, Lisboa.

Benevolo, L. (1994), As Origens da Urbanística Moderna, 3ª edição, Ed. Presença, Lisboa.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (1939), Reconhecimento dos Baldios do Continente, Volume I, Ministério da Economia.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (1941), Plano Geral de Aproveitamento dos Baldios Reservados, Volume II, Ministério da Economia.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (1944a, 1945a e 1946a), Projecto de Colonização dos Baldios de Montalegre e Boticas, Volume I, II e III – Freguesias de Chã, Morgade, Cervos, Beça, Montalegre, Padornelos e Meixedo, Ministério da Economia. JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA (1944b, 1945b, 1946b e 1948), Relatório dos Trabalhos e Contas de Gerência, Ministério da Economia.

Lamas, J. (1993), Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, Fundação Calouste Gulbenkian/JNIC, Lisboa.

Matoso, J. et al (1994), História de Portugal, 7º Volume, Circulo dos Leitores, Lisboa.

Rémond, R. (1994), Introdução à História do Nosso Tempo, do Antigo Regime aos Nossos Dias, Gradiva, Lisboa.

Rosas, F. (1986), O Estado Novo nos Anos Trinta, 1928-1938, Ed. Estampa, Lisboa.

Rosas, F. (1990), Portugal entre a Paz e a Guerra, 1939-1945, Ed. Estampa, Lisboa.

Varela, J. (1992), A Agricultura e o Espaço Rural, Ministério da Agricultura, Lisboa.